

MOVIMENTO E ESPAÇO: RELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO MOTOR E ACESSIBILIDADE EM ESCOLAS RIBEIRINHAS

MOVEMENT AND SPACE: RELATIONSHIPS BETWEEN MOTOR DEVELOPMENT AND ACCESSIBILITY IN RIVERSIDE SCHOOLS

Sandra do Carmo Gomes¹

Laiane Alves Lula²

Mílvio da Silva Ribeiro³

RESUMO: As comunidades ribeirinhas da Amazônia enfrentam desafios singulares que afetam diretamente a oferta e a qualidade da educação, entre eles a precariedade da infraestrutura escolar e as condições ambientais que influenciam o cotidiano das crianças. Este artigo teve como objetivo analisar, a partir da literatura científica existente, as relações entre desenvolvimento motor infantil e acessibilidade arquitetônica em escolas ribeirinhas, buscando compreender como o espaço físico pode favorecer ou limitar a promoção de habilidades motoras e a inclusão educacional. Para tanto, realizou-se uma revisão de estudos nacionais que abordam educação ribeirinha, desenvolvimento motor e acessibilidade, sistematizando evidências teóricas disponíveis. Os resultados mostraram que, embora haja pesquisas separadas sobre o desenvolvimento motor de crianças ribeirinhas e sobre as condições de infraestrutura e acessibilidade das escolas amazônicas, não foram encontrados trabalhos que articulem de forma direta essas duas temáticas. Essa lacuna evidencia a ausência de análises que considerem, simultaneamente, como o espaço escolar influencia o desenvolvimento motor e a inclusão. Conclui-se, portanto, que essa ausência de estudos integrados reforça a necessidade de investigações futuras capazes de conectar os dois eixos, oferecendo subsídios mais consistentes para políticas de acessibilidade que também promovam o desenvolvimento motor infantil em contextos ribeirinhos.

480

Palavras-chave: Educação ribeirinha. Desenvolvimento motor. Acessibilidade arquitetônica. Inclusão escolar. Amazônia.

ABSTRACT: Riverside communities in the Amazon face unique challenges that directly affect the provision and quality of education, including the precariousness of school infrastructure and environmental conditions that influence children's daily lives. This article aimed to analyze, based on the existing scientific literature, the relationships between children's motor development and architectural accessibility in riverside schools, seeking to understand how physical space can favor or limit the promotion of motor skills and educational inclusion. To this end, a review of national studies addressing riverside education, motor development, and accessibility was conducted, systematizing available theoretical evidence. The results showed that, although separate research exists on the motor development of riverside children and on the infrastructure and accessibility conditions of Amazonian schools, no studies were found that directly connect these two themes. This gap highlights the lack of analyses that simultaneously consider how school space influences motor development and inclusion. It is therefore concluded that this lack of integrated studies reinforces the need for future research capable of connecting the two axes, offering more consistent support for accessibility policies that also promote children's motor development in riverside contexts.

Keywords: Riverside education. Motor development. Architectural accessibility. School inclusion. Amazon.

¹ Mestranda em Ciências da Educação. Veni Creator Christian University.

² Mestranda em Ciências da Educação. Veni Creator Christian University.

³ Doutor em Geografia. Universidade Federal do Pará (UFPA).

I INTRODUÇÃO

De acordo com Oliveira (2015), a região Amazônica apresenta uma cultura própria, marcada pela pluralidade sociocultural e pela riqueza em biodiversidade. Essa diversidade é expressa por diferentes grupos, como caboclos, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, agricultores e quilombolas, os quais reelaboram continuamente seus saberes, práticas, valores, costumes e mitos, tendo suas trajetórias cada vez mais reconhecidas.

Entretanto, no que diz respeito à educação, o que se percebe é que as escolas situadas em comunidades ribeirinhas da Amazônia, por exemplo, enfrentam desafios singulares que envolvem tanto a oferta de infraestrutura adequada quanto a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Em tais contextos, a precariedade arquitetônica — marcada por dificuldades de acesso, limitações de espaço físico e carência de recursos — repercute diretamente no cotidiano escolar, restringindo atividades pedagógicas, de lazer e de movimento. Paralelamente, o desenvolvimento das habilidades motoras das crianças, elemento essencial para a saúde, a aprendizagem e a socialização, depende de ambientes que favoreçam experiências corporais diversificadas.

As escolas situadas em comunidades ribeirinhas da Amazônia enfrentam desafios singulares que envolvem tanto a oferta de infraestrutura adequada quanto a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Em tais contextos, a precariedade arquitetônica — marcada por dificuldades de acesso, limitações de espaço físico e carência de recursos — repercute diretamente no cotidiano escolar, restringindo atividades pedagógicas, de lazer e de movimento. Paralelamente, o desenvolvimento das habilidades motoras das crianças, elemento essencial para a saúde, a aprendizagem e a socialização, depende de ambientes que favoreçam experiências corporais diversificadas.

Pantoja, Borges e Oliveira (2025) explicam que a inclusão da população ribeirinha no ambiente escolar deve ir além do aspecto social, constituindo-se também como oportunidade de valorização cultural e de construção de uma educação contextualizada. Para isso, é necessário que o ensino seja desenvolvido em diálogo com as comunidades, respeitando seus saberes e formas de organização, bem como superando barreiras geográficas e estruturais por meio de estratégias como transporte escolar adequado e uso de tecnologias adaptadas à realidade local.

Nesse contexto, a inter-relação entre movimento e espaço escolar torna-se, assim, um ponto crítico para compreender as condições de inclusão e exclusão vivenciadas por alunos ribeirinhos. Ambientes pouco acessíveis, com barreiras físicas e arquitetônicas, não apenas têm

potencial para prejudicar o deslocamento de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, mas também limitam as possibilidades de exploração motora de todo o grupo. Neste sentido, analisar como a infraestrutura escolar dialoga com a formação motora das crianças pode permitir evidenciar a importância de políticas públicas que contemplem tanto a acessibilidade arquitetônica quanto a promoção de práticas corporais significativas.

Logo, o presente artigo tem como objetivo analisar, a partir da literatura científica existente, as relações entre desenvolvimento motor infantil e acessibilidade arquitetônica em escolas ribeirinhas. Busca-se sistematizar contribuições teóricas sobre como a infraestrutura escolar influencia a promoção de habilidades motoras e como barreiras físicas podem impactar a inclusão e o pleno aproveitamento pedagógico das crianças, fornecendo possíveis subsídios para reflexões sobre políticas educacionais e práticas pedagógicas mais inclusivas.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, com o intuito de analisar a produção científica nacional sobre educação ribeirinha, desenvolvimento motor infantil e acessibilidade arquitetônica. A busca foi realizada em bases de dados como Scielo, Periódicos CAPES e Google Acadêmico, contemplando publicações em português, sem delimitação inicial de data, para garantir um levantamento amplo. Utilizaram-se descritores combinados, como “educação ribeirinha”, “desenvolvimento motor” e “acessibilidade arquitetônica”.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONTEXTO EDUCACIONAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS

Conforme Alencar e Costa (2021, p. 3),

Além do uso de metodologias de ensino inadequadas, as escolas rurais [...] enfrentam diversos problemas que limitam o acesso ao ensino de qualidade. Possuem infraestrutura precária, com espaços constituídos de uma sala para um elevado número de alunos, sofrem com ausência de laboratórios, bibliotecas e recursos eletrônicos, dificuldades de acesso à energia elétrica, além da precariedade do abastecimento de água e das condições sanitárias. Estes fatores resultam em altas taxas de analfabetismo, distorção idade-série e baixa qualificação dos estudantes. Nas escolas ribeirinhas, a comunidade escolar enfrenta, ainda, anualmente, as alterações naturais dos rios, havendo necessidades específicas que precisam ser consideradas nas estratégias de planejamento e gestão educacional. [...] períodos de enchente, cheia, vazante e seca, [...] configuram todo o modo de vida das populações ribeirinhas, modificando as formas de transporte, atividades econômicas e organização social.

É inaceitável que, em pleno século XXI, escolas rurais e ribeirinhas ainda enfrentem condições tão adversas para garantir o direito básico à educação. A precariedade da infraestrutura — salas superlotadas, ausência de laboratórios, bibliotecas e recursos tecnológicos, somada a problemas de energia, água e saneamento — não é apenas um reflexo de

desigualdade social, mas um obstáculo concreto ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania.

No caso das comunidades ribeirinhas, a situação se agrava pelas dinâmicas naturais dos rios, que alteram o calendário e a logística escolar e exigem planejamento público específico e sensível às particularidades locais. Investir em políticas que contemplem essas realidades não pode ser visto como um gasto, e sim como uma obrigação do Estado para reduzir o analfabetismo, corrigir distorções idade-série e promover oportunidades reais de aprendizagem. Sem essa atenção diferenciada, perpetua-se um ciclo de exclusão que nega às crianças ribeirinhas o mesmo direito à educação de qualidade assegurado, em teoria, a todos os brasileiros.

Segundo Lira e Chaves (2016), ao reconhecer os princípios políticos e culturais próprios dos povos ribeirinhos, compreende-se que essas comunidades mantêm um modo de vida integrado à natureza, semelhante ao dos camponeses, com hábitos socioculturais profundamente vinculados aos ciclos intergeracionais e à simbologia da mata, elementos que marcam sua identidade e organização política.

Ampliando a discussão, Batista (2016), em relato de sua experiência docente, explica que o ensino ribeirinho no final da década de 1980 enfrentava múltiplos desafios. Havia carência de prédio próprio, sendo as aulas ministradas em centros comunitários improvisados; turmas multisseriadas que dificultavam o trabalho pedagógico; elevada distorção idade-série; ausência de práticas inclusivas, com alunos com deficiência isolados e sem acompanhamento adequado; desvalorização dos saberes culturais locais; retenção prolongada de estudantes na mesma série; e problemas estruturais, como falta de merenda escolar, evidenciando a precariedade das condições educacionais da época.

Diante desse panorama descrito por Batista (2016), é inevitável questionar: será que tais problemas realmente ficaram no passado? Décadas se passaram, mas relatos recentes de comunidades ribeirinhas ainda revelam escolas improvisadas, turmas multisseriadas, ausência de recursos pedagógicos e barreiras à inclusão. Embora políticas públicas tenham avançado em termos de legislação e financiamento, a implementação efetiva em áreas de difícil acesso continua frágil. A sensação é de que muitas das dificuldades enfrentadas nos anos 1980 permanecem, apenas assumindo novas formas, o que exige vigilância constante da sociedade e dos gestores públicos para que a história de negligência não se repita indefinidamente.

De fato, como observado por Lima (2024), estudos sobre a educação em áreas ribeirinhas evidenciam um conjunto de obstáculos significativos, que vão desde a carência de prédios escolares bem estruturados e de materiais didáticos até a insuficiente preparação dos docentes

que atuam nesses territórios. Somam-se a esses fatores as longas distâncias e as dificuldades de transporte, que ampliam a complexidade do processo de ensino e dificultam a aprendizagem dos estudantes que vivem às margens dos rios.

No que diz respeito especificamente à educação inclusiva no meio ribeirinho, é um desafio que ainda carece de efetiva implementação das políticas voltadas aos alunos com deficiência. Ao considerar os desafios da educação especial em escolas ribeirinhas — onde, muitas vezes, um rio corre literalmente à porta da sala de aula e a conexão com a internet é precária ou inexistente — percebe-se um cenário que reúne dois marcadores históricos de exclusão: a deficiência e a condição periférica do território. Essa sobreposição de vulnerabilidades raramente é abordada na produção científica nacional, revelando a invisibilidade dessas comunidades no debate educacional. Reconhecer e estudar tais realidades é fundamental para ampliar as políticas públicas, fortalecer a inclusão e assegurar que a educação especial contemple, de fato, toda a diversidade de contextos brasileiros (Ziliotto; Pereira, 2024).

2.2 DESENVOLVIMENTO MOTOR INFANTIL

Feitosa *et al.* (2021) apontam que crianças ribeirinhas, por participarem desde cedo das atividades de subsistência familiar, acabam tendo poucas oportunidades de lazer e recreação fora da escola, o que pode comprometer seu desenvolvimento motor, já que o brincar livre muitas vezes é substituído pelo trabalho cotidiano. Nessa perspectiva,

484

O ambiente que caracteriza o contexto amazônico, como os rios e florestas amplas, onde são realizadas diversas brincadeiras dentro da rotina das crianças ribeirinhas, propiciam o aperfeiçoamento de habilidades motoras e resultam na criação de novos recursos comportamentais. Na medida em que adquirem maior independência e autonomia frente aos variados estímulos ambientais, [...] potencializam o desenvolvimento infantil e socialização com a comunidade (Pantoja *et al.*, 2018, p. 237).

O contexto amazônico apresenta uma dinâmica única para o desenvolvimento infantil, em que a rotina das crianças ribeirinhas combina responsabilidades familiares e interações com o ambiente natural. Embora o envolvimento precoce em atividades laborais possa limitar momentos de lazer e brincadeiras estruturadas, o contato constante com rios, florestas e espaços abertos oferece oportunidades valiosas para aprimorar habilidades motoras, autonomia e criatividade. Dessa forma, o ambiente em que vivem atua como um estímulo direto ao desenvolvimento físico, cognitivo e social, reforçando a importância de reconhecer e valorizar os saberes e práticas locais na promoção de uma educação contextualizada e inclusiva.

Por sua vez, Lima *et al.* (2021) evidenciaram em pesquisa realizada com 158 participantes que o baixo desempenho motor em crianças ribeirinhas poderia estar relacionado tanto a fatores

nutricionais quanto à exposição ao mercúrio, observados em diferentes escolas da região do Tapajós. A baixa estatura e os níveis de exposição pré e pós-natal ao metal pesado parecem contribuir para dificuldades no desenvolvimento motor, ressaltando a importância de estratégias de prevenção e intervenções direcionadas para minimizar os impactos ambientais e nutricionais sobre o crescimento e a motricidade infantil.

Ademais, e nessa mesma linha, Costa Junior *et al.* (2017) também relacionaram o baixo desenvolvimento motor de ribeirinhos à contaminação por mercúrio. De acordo com os autores do estudo, moradores ribeirinhos de Itaituba, região marcada pela atividade de garimpo de ouro, apresentaram concentrações de mercúrio mais elevadas associadas a manifestações motoras e emocionais do que os ribeirinhos do Acará. Foi observado que as queixas motoras ocorreram com maior frequência, reforçando a toxicidade do metilmercúrio para o sistema nervoso central. Os pesquisadores destacam, porém, a necessidade de estudos de acompanhamento e de monitoramento contínuo das concentrações, visto que a exposição ao elemento pode comprometer diferentes sistemas do organismo.

Miranda, Barberi e Jonas (2008) sublinham, diante dos déficits motores observados em escolares ribeirinhos, a importância da implementação de programas de intervenção articulados entre escolas, gestão pública e saúde, voltados para o acompanhamento sistemático do desenvolvimento motor, aplicação de testes específicos, e investigação dos impactos ambientais sobre a motricidade infantil, de modo a promover ações preventivas e corretivas adequadas às necessidades dessas comunidades.

Apesar dos achados relevantes apresentados, a literatura específica sobre desenvolvimento motor de crianças ribeirinhas ainda é escassa e fragmentada, revelando uma lacuna importante de investigação. As principais pesquisas localizadas concentram-se em alguns recortes pontuais, como a influência das atividades de subsistência familiar e da cultura local sobre as oportunidades de brincar (Feitosa *et al.*, 2021; Pantoja *et al.*, 2018) e os impactos de fatores ambientais e nutricionais, especialmente a contaminação por mercúrio, no desempenho motor (Lima *et al.*, 2021; Costa Junior *et al.*, 2017). Estudos de intervenção, por sua vez, aparecem de forma ainda mais limitada, com poucas experiências que articulem escola, saúde e políticas públicas para acompanhamento sistemático do desenvolvimento motor (Miranda; Barberi; Jonas, 2008). Essa concentração em temas específicos evidencia a necessidade de pesquisas mais abrangentes e contínuas que integrem variáveis socioambientais, culturais e educacionais, ampliando a compreensão dos múltiplos fatores que influenciam a motricidade infantil em contextos ribeirinhos.

2.3 INFRAESTRUTURA ESCOLAR E ACESSIBILIDADE

Como apontado por Almeida e Bassalo (2021), os professores enfrentam cotidianamente a complexidade dos sujeitos que frequentam a escola em um cenário institucional precarizado, marcado por adversidades que também afetam sua própria condição. Na região amazônica, além dos problemas políticos e econômicos que agravam as condições de trabalho docente e de estudo dos alunos, soma-se ainda o desafio do deslocamento devido às longas distâncias entre residências e escolas. Nessas circunstâncias, a docência em comunidades ribeirinhas é atravessada por realidades de ausência de cuidado, de afeto, de alimentação e de condições básicas de vida, que resultam em estudantes expropriados de direitos fundamentais e com juventudes impactadas pela miséria, preconceito e insalubridade, o que impõe maiores demandas à formação de professores e ao seu saber fazer pedagógico.

Nessa realidade marcada por dificuldades, é importante salientar que as condições de infraestrutura das escolas ribeirinhas são, em sua maioria, precárias, o que compromete tanto o processo de ensino quanto a aprendizagem dos estudantes. Muitas instituições carecem de recursos básicos, como salas adequadas, materiais didáticos, acesso à internet e até mesmo energia elétrica regular, além de apresentarem dificuldades no abastecimento de água potável e na oferta de alimentação escolar. Essa realidade impõe barreiras adicionais ao trabalho docente e ao desenvolvimento integral dos alunos, evidenciando a urgência de políticas públicas que considerem as especificidades regionais e assegurem condições dignas para a efetivação do direito à educação.

486

Aguiar e Melo (2021) elucidam que pensar a educação ribeirinha e os sujeitos que dela participam revela-se uma problemática marcada por desigualdades quando comparada à realidade urbana, já que os estudantes das cidades dispõem de melhores condições socioeconômicas, maiores oportunidades e maior acesso a recursos didáticos, o que evidencia disparidades na qualidade do ensino. No caso das comunidades ribeirinhas da Amazônia, os desafios são múltiplos e se intensificam diante da ausência de políticas públicas específicas para a educação, situação que tem levado à precarização e até ao fechamento de escolas nesses territórios. Essa precarização manifesta-se, entre outros aspectos, na carência de recursos didáticos, no sucateamento dos equipamentos, na falta de infraestrutura em grande parte das escolas, na insuficiência da merenda escolar, na ausência de um currículo que valorize os saberes locais e de um calendário escolar adequado às condições climáticas e de trabalho da população, além da deficiência na formação docente.

Um dos fatores que contribuem para a evasão escolar em comunidades ribeirinhas está relacionado à precariedade da infraestrutura, pois a ausência de transporte escolar, as estradas em más condições e as dificuldades de acesso acabam levando muitos estudantes a desistirem de frequentar a escola. Além disso, a carência de recursos básicos, como água potável e energia elétrica, também se apresenta como um obstáculo para a permanência escolar (Nunes; Oliveira, 2017).

A escassez de recursos didáticos e a infraestrutura inadequada, como a ausência de energia elétrica, contribuem para a desmotivação de alunos e professores, afetando diretamente a qualidade da educação em comunidades rurais (Costa, 2021). Nessa perspectiva, Moraes (2022) aponta que as escolas e os docentes dessas localidades, frequentemente marcadas por carências estruturais, contrastam com o ambiente urbano, geralmente associado ao progresso e à modernização. O modelo educacional vigente, por sua vez, não contempla as especificidades da realidade local, o que evidencia a necessidade de uma adaptação tanto da estrutura física quanto da proposta pedagógica, de modo a garantir uma educação mais relevante e eficaz para esses contextos.

A deficiência de infraestrutura escolar evidencia-se sobretudo pela falta de acessibilidade, aspecto que não contempla as necessidades específicas dos sujeitos que frequentam ou deveriam frequentar essas instituições. Essa problemática se torna ainda mais acentuada nas escolas localizadas em áreas rurais, onde a ausência de recursos adequados agrava o abismo já existente em relação ao meio urbano. Nesses contextos, a falta de acessibilidade não se limita a uma barreira física, mas configura também um obstáculo educacional e social, comprometendo a qualidade do ensino e perpetuando desigualdades. Além disso, a inexistência de adaptações razoáveis que garantam a inclusão de todos no processo educativo limita o pleno desenvolvimento dos estudantes e reforça um sistema que exclui parte significativa da população. Tal cenário, mais evidente nas áreas rurais, pode ser compreendido como resultado de uma herança histórica marcada pela colonização e por profundas contradições sociais (Farias; Souza, 2023).

2.4 POSSÍVEIS INTER-RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO ESCOLAR E HABILIDADES MOTORAS EM RIBEIRINHOS

Embora a literatura sobre desenvolvimento motor infantil em comunidades ribeirinhas seja ainda limitada e não aborde de forma direta a relação com a acessibilidade arquitetônica escolar, é possível estabelecer algumas aproximações a partir de estudos já existentes. Pesquisas

como as de Feitosa *et al.* (2021) e Pantoja *et al.* (2018) evidenciam que o contexto ambiental amazônico influencia fortemente as oportunidades de movimento e de socialização das crianças, seja pelas brincadeiras ligadas ao rio e à floresta, seja pelas atividades de subsistência familiar. Nesse sentido, o espaço escolar, quando marcado por infraestrutura inadequada, ausência de áreas apropriadas para o brincar ou barreiras físicas de acessibilidade, pode atuar como um limitador do desenvolvimento motor.

Além disso, autores como Costa (2021) e Moraes (2022) destacam que a precariedade da infraestrutura escolar em áreas rurais desmotiva professores e alunos, comprometendo a qualidade do ensino. Se considerarmos a perspectiva do desenvolvimento motor, essa precariedade pode implicar também em menos oportunidades de atividades corporais dirigidas, reduzindo experiências motoras fundamentais. Da mesma forma, a ausência de espaços acessíveis e adaptados pode excluir alunos com deficiência, restringindo ainda mais suas possibilidades de interação e desenvolvimento.

Assim, ainda que os estudos revisados não façam essa relação de forma explícita, é plausível inferir que a infraestrutura e a acessibilidade das escolas ribeirinhas estão intrinsecamente conectadas às oportunidades de vivências motoras das crianças. Essa lacuna na produção científica evidencia a necessidade de pesquisas futuras que investiguem como o espaço escolar pode potencializar — ou limitar — o desenvolvimento motor infantil em comunidades amazônicas, especialmente no caso de estudantes com deficiência, em que a acessibilidade arquitetônica é condição essencial para o pleno exercício do direito à educação e à inclusão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura evidenciou que a educação em comunidades ribeirinhas apresenta um conjunto de desafios estruturais, pedagógicos e sociais que impactam diretamente a experiência escolar dos estudantes. Os trabalhos revisados apontam que a precariedade da infraestrutura, a ausência de recursos didáticos e tecnológicos, a dificuldade de transporte e a falta de políticas públicas específicas configuram obstáculos persistentes à garantia do direito à educação nessas localidades (Alencar; Costa, 2021; Aguiar; Melo, 2021; Nunes; Oliveira, 2017). Além disso, a própria dinâmica natural dos rios, que altera o calendário e a logística escolar, impõe condições singulares que raramente são contempladas de forma adequada no planejamento educacional.

No que se refere ao desenvolvimento motor infantil, os estudos encontrados destacam tanto potencialidades quanto limitações. De um lado, pesquisas indicam que o contato das

crianças ribeirinhas com a natureza, os rios e as atividades de subsistência familiar proporciona vivências que favorecem o aprimoramento de habilidades motoras e a autonomia (Feitosa *et al.*, 2021; Pantoja *et al.*, 2018). De outro, há evidências de que fatores ambientais e nutricionais, como a exposição ao mercúrio e a desnutrição, comprometem o crescimento e o desempenho motor de muitas dessas crianças (Lima *et al.*, 2021; Costa Junior *et al.*, 2017). A carência de intervenções sistemáticas, envolvendo escola, saúde e políticas públicas, também foi identificada como uma lacuna relevante (Miranda; Barberi; Jonas, 2008).

Ao articular esses dois eixos — infraestrutura escolar e desenvolvimento motor — percebe-se uma inter-relação ainda pouco explorada pela literatura científica. A ausência de espaços adequados para o brincar, a falta de quadras ou ambientes acessíveis, bem como a precariedade arquitetônica das escolas, podem restringir as oportunidades de vivências motoras no contexto escolar. Tais limitações são ainda mais graves para crianças com deficiência, para as quais a ausência de acessibilidade representa não apenas um obstáculo físico, mas também social e educacional, resultando em exclusão e desigualdade de oportunidades (Costa, 2021; Farias; Souza, 2023).

Dessa forma, embora não tenham sido identificados estudos que tratem diretamente da relação entre acessibilidade escolar e desenvolvimento motor em comunidades ribeirinhas, os dados disponíveis permitem inferir que a falta de infraestrutura impacta de forma significativa as possibilidades de aprendizagem corporal, socialização e inclusão das crianças. O espaço escolar, quando acessível e estruturado, pode atuar como facilitador do desenvolvimento motor e da autonomia; porém, quando marcado pela precariedade, tende a reproduzir as vulnerabilidades já vividas no cotidiano dessas comunidades.

Assim, os resultados da revisão evidenciam que o desenvolvimento motor infantil e a acessibilidade arquitetônica nas escolas ribeirinhas constituem dimensões interdependentes e que devem ser analisadas em conjunto. A ausência de estudos específicos sobre essa interface revela uma lacuna científica importante, indicando a necessidade de investigações futuras que aprofundem a compreensão sobre como o espaço escolar pode potencializar — ou limitar — o desenvolvimento motor das crianças ribeirinhas, assegurando-lhes condições de aprendizagem, inclusão e exercício pleno da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como propósito analisar, com base na literatura científica existente, as relações entre desenvolvimento motor infantil e acessibilidade arquitetônica em

escolas ribeirinhas, buscando compreender de que modo a infraestrutura escolar pode favorecer ou limitar a promoção de habilidades motoras, bem como a inclusão e o aproveitamento pedagógico das crianças. A revisão evidenciou que, embora haja estudos sobre os desafios estruturais da educação ribeirinha e sobre aspectos do desenvolvimento motor, a produção científica que integre explicitamente esses dois eixos permanece incipiente.

As pesquisas consultadas apontam que a precariedade dos prédios escolares, a falta de espaços adequados para o brincar, a escassez de recursos pedagógicos e as barreiras físicas comprometem não apenas o acesso à escola, mas também as oportunidades de vivências motoras, de socialização e de autonomia das crianças, especialmente daquelas com deficiência. Em contrapartida, o ambiente natural ribeirinho, com sua riqueza de estímulos, demonstra potencial para o desenvolvimento motor, desde que a escola atue como mediadora e ofereça condições estruturais e pedagógicas para ampliar essas experiências.

Reforça-se, portanto, a necessidade de políticas educacionais que contemplem simultaneamente a acessibilidade arquitetônica, a valorização das práticas corporais e a formação docente sensível às especificidades territoriais e culturais da Amazônia ribeirinha. Investigações futuras que articulem de forma empírica esses elementos poderão subsidiar ações governamentais e práticas pedagógicas mais inclusivas, capazes de transformar o espaço escolar em um verdadeiro facilitador do desenvolvimento integral. Ao evidenciar a lacuna científica sobre a interface entre infraestrutura e motricidade em contextos ribeirinhos, este trabalho contribui para ampliar o debate e reafirma que o direito à educação de qualidade implica não apenas acesso, mas também ambientes acessíveis, estimulantes e socialmente justos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Patrícia Lisboa de; MELO, Hugo Levy da Silva. Os desafios da escola ribeirinha – reflexões a partir de observações numa escola próxima à cidade de Coari/AM. **RELEM – Revista Eletrônica Mutações**, janeiro-julho, 2021.

ALENCAR, Danielle Golvim da; COSTA, Francimara Souza da. Resiliência pedagógica: escolas ribeirinhas frente às variações de seca e cheia do Rio Amazonas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e230347, 2021.

BATISTA, Maria Valdeli Matias. **Saberes culturais de jovens e adultos com deficiência de comunidades das ilhas de Abaetetuba-PA**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará-UEPA, Belém.

COSTA, Eliane Miranda. Escolas ribeirinhas e seus desafios: faces da educação do campo na Amazônia marajoara. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 384–397, 2021.

COSTA, J. M. F. *et al.*. Manifestações emocionais e motoras de ribeirinhos expostos ao mercúrio na Amazônia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 2, p. 212–224, abr. 2017.

FARIAS, Josemilson do Nascimento; SOUZA, Juliane Barbosa de. ***Evasão escolar: mazela social que assombra a Escola São Benedito do Rio Ariboca, município de Gurupá-PA***. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2023.

FEITOSA, Rosana Margareth da Silva *et al.* Perfil do desenvolvimento motor de crianças ribeirinhas de 5 a 10 anos da ilha de Cotijuba-PA. **International Journal of Development Research**, v. 11, n. 12, p. 52398–52403, 2021.

LIMA, Maria de Nazaré Teles de. Educação ribeirinha: desafios e perspectivas. **Interáreas Científicas em Educação, Sociedade e Cultura, Periódico Multidisciplinar da Facility Express Soluções Acadêmicas**, v. 3, n. 18, p. 129–143, jun. 2024. ISSN 2676-0428.

LIMA, Antonio César Matias *et al.* Fatores interferentes no desenvolvimento motor em escolares ribeirinhos na Amazônia brasileira. **International Journal of Development Research**, v. 11, n. 8, p. 49519–49523, 2021.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 1, 2016.

MIRANDA, M. J.; BARBERI, M.; JONAS, E. Interferência Ambiental e Socioeconômica de Crianças Ribeirinhas. **Revista Estudos - Revista de Ciências Ambientais e Saúde (EVS)**, Goiânia, Brasil, v. 35, n. 6, p. 1179–1194, 2009.

MORAES, Marluce da Silva. **Desafios do letramento digital de professores ribeirinhos em Breves-Marajó-Pará**. Instituto Federal do Pará. — Breves, PA, 2022.

NUNES, A. P. C.; OLIVEIRA, S. F. Evolução da Educação e Evasão Escolar: Um estudo de caso em comunidades ribeirinhas do Estado do Pará. **Educação Ambiental em Ação**, v. 62, p. 1–14, 2017.

OLIVEIRA, J. S. B. Os ribeirinhos da Amazônia: das práticas em curso à educação escolar. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, n. 32, p. 73–95, jan/jun. 2015.

PANTOJA, Rildo Alberto; BORGES, Heloisa da Silva; OLIVEIRA, Márcio de. O território entre o rio e a floresta: contribuições sobre a educação do campo e o ensino de geografia na Amazônia ribeirinha. **Revista Território e Cidadania**, Vitória, v. 1, n. 3, e3653, 2025.

PANTOJA, Ana Paula Pureza; SOUZA, Givago da Silva; NUNES, Erica Feio Carneiro; PONTES, Lucieny da Silva. Análise do efeito dos fatores ambientais sobre o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças em comunidade amazônica. **Journal of Human Growth and Development (USP)**, v. 28, n. 3, p. 232–239, 2018.

ZILIOTTO, D. M.; PEREIRA, F. C. M. Contexto da escolarização de alunos com deficiência na região ribeirinha amazônica. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. e10/1–24, 2024.